

PREFÁCIO

Vamos fazer uma barbaridade!

Assim iniciava, em 1947, uma das primeiras revistas publicadas por alunos da Faculdade de Direito da UFRGS (à época, Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre), a qual afirmava, com a participação do ilustre aluno Raymundo Faoro, querer “imprimir às nossas coisas o sopro da emoção nova e da inquietação criadora que brota do atual momento brasileiro e do momento que o mundo está vivendo. É dessa síntese que poderá surgir, algum dia, a expressão original da nossa personalidade”.¹

Hoje, 70 anos depois, nós, editores da Revista *Res Severa Verum Gaudium*, queremos retomar o belo legado de diversas iniciativas de publicação por parte dos estudantes da nossa Faculdade de Direito, mais especificamente ao retomar os trabalhos deste periódico que surgiu no ano de 2009, por iniciativa do Centro Acadêmico André da Rocha, para mostrarmos que é possível produzir conteúdo científico de qualidade desde os bancos da graduação e protagonizado pelos próprios estudantes, contando com o sempre necessário e substancial auxílio da comunidade acadêmica. Queremos, pois, estimular todos nossos colegas a integrar a cultura do debate sadio e profícuo que se realiza por meio dos artigos, para cultivar um ambiente acadêmico cada vez mais plural e pautado pelo diálogo qualificado.

Os trabalhos para a publicação deste exemplar iniciaram em dezembro de 2015, quando se realizaram grandes esforços para a reativação desta revista, passando pela reativação dos registros, redação de um novo regimento interno e a publicação de um edital para seleção de editores, bem como a captação de avaliadores para os artigos e, por fim, o tão esperado edital para a submissão de trabalhos. No mesmo sentido, graças ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), plataforma para gestão de publicações periódicas eletrônicas, conseguimos trabalhar com autores de todo o Brasil, submetendo avaliações e revisões pela internet. Destacamos também que os artigos enviados a essa revista foram avaliados pelo *double-blind peer review*, proporcionando um exercício pedagógico de revisão destes trabalhos e envio de comentários aos autores sobre suas produções, complementando a formação recebida em sala de aula.

O fruto deste esforço é uma revista que renasce com uma inesperada projeção nacional, contando com artigos de estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Uber-

¹ Revista Quixote. *Prefácio*. Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 04, dez. 1947.

lândia (UFU), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Instituto de Educação Superior de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além dos diversos colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Igualmente plurais são os temas abordados nesta edição, passando pela História do Direito, Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Financeiro, Direito Penal, Direito Civil e Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito do Consumidor.

Engrandecendo nossa publicação, temos a honra de contar com colaboração da eminente Dra. Teresa Arruda Alvim, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e livre-docente pela mesma instituição, a qual nos brinda com artigo intitulado “Ampliar a colegialidade: a que custo?”, em que se debate sobre a recente mudança do Código de Processo Civil acerca da adoção de técnica de julgamento que envolve a ampliação da colegialidade. Igualmente, pudemos contar, enquanto autor convidado, com a contribuição do professor Ezequiel Abásolo, doutor em direito pela Universidade de Buenos Aires e em Ciências Políticas pela Universidade Católica Argentina, que nos escreve sobre o reformismo normativo bourbônico na Espanha como uma alternativa para a modernidade jurídica, mediante tradução do Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, docente da nossa querida Faculdade.

Na seção destinada aos artigos submetidos à Revista, abordando o papel que possui na argumentação jurídica a noção de natureza jurídica, trazemos o estudo investigativo apresentado pelo estudante Gerson Tadeu Astolfi, formado pela nossa Faculdade de Direito, sob o título “Natureza jurídica: ela está no meio de nós?”.

Buscando compreender como as crianças e adolescentes eram tratados quando cometiam crimes nas décadas finais do século XIX, temos o artigo do estudante de graduação da UFPR, Otávio Augusto Ganzert Weinhardt.

Após, recebemos a contribuição de Renata Rodrigues de Pádua, mestre em crimes econômicos pela UFMG, com pesquisa sobre a interface entre a ordem econômica em nossa sociedade, os crimes contra o sistema financeiro nacional e o regime de cogestão cooperativa.

Investigando a polêmica sobre a quem compete a atribuição de análise de atos de concentração no setor financeiro, se ao Banco Central do Brasil ou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, temos o trabalho de Carlos Eduardo Edinger e Bruno Menegat, ambos estudantes formados pela UFRGS.

Apresentamos também estudo de Vinícius Uler Lavorato, formado pelo Instituto de Estudos Superiores de Brasília, acerca da responsabilidade civil concorrencial e o dever de indenizar decorrente de ilícito antitruste.

Na sequência, publicamos um estudo comparado sobre o *Pacte Civil de Solidarité* e o instituto da união estável, por Caroline Ramires Ipuchima e Patrício Alves de Souza, ambos graduandos da UFRGS.

Em seguida, a reforma do Código de Defesa do Consumidor e a conceituação do fenômeno do superendividamento é tratada neste número por artigo de Beatriz Russo de Oliveira, formada em Direito pela UFU.

O debate sobre as implicações do rompimento do procedimento contratual trabalhista antes de sua efetiva formação é tratado aqui por Wilker Jeymisson Gomes da Silva, estudante de Direito da FESP.

Por fim, os autores Juliana Pereira Netto, doutora pela UNESP, e Leandro Jorge de Oliveira Lino, mestrando pela UNESP, abordam a análise do conceito constitucional e biopsicossocial da pessoa com deficiência visual e as especificidades do caso dos portadores de visão monocular.

Agradecemos a todos os leitores, autores, pareceristas, membros do Corpo Editorial, ao nosso Responsável Institucional, Prof. Alejandro Montiel Alvarez, a nossa Bibliotecária, Celina Leite Miranda, e também a todos os demais envolvidos que tornaram possível esta publicação. Saudamos toda a comunidade acadêmica, em especial os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS, desejando, primeiramente, uma boa leitura; e, depois, que o pensamento livre e o rigor acadêmico sejam estímulo para a produção de um debate frutuoso sobre as atuais questões apresentadas aos estudantes e operadores do direito.

Porto Alegre, 31 de março de 2017.

Matheus de Moraes Machado

Editor-chefe

Augusto Sperb Machado

Editor-executivo

Bruna Leão Lopes Contieri

Editores-executivos

Gabriel Nunes Pozzebon

Editor-executivo

Inaê Siqueira de Oliveira

Editores-executivos

Matheus Pereira Rocha

Editor-executivo

Plínio Vinicius Silva da Silva

Editor-executivo

Rafael Wobeto Pinter

Editor-executivo

